

“Raça” e racismo no discurso institucional: identidade e sociabilidade no exercício da cidadania brasileira.

Daniel Moreira de Sousa¹, Gerson Alves de Oliveira²

¹ Daniel Moreira de Sousa do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – IFTO. e-mail: <danielmoreiradsousa@gmail.com>

² Professor de sociologia e filosofia do Instituto Federal de Educação do Tocantins/campus Araguaína: <gerson.oliveiral@ifto.edu.br>

Resumo: O presente artigo é uma revisão bibliográfica sobre o racismo estrutural. A hipótese consiste em relacionar uma cultura racista com um o discurso de uma racionalidade técnica burocrática existente na sociabilidade cotidiana brasileira. Tal realidade se materializa na própria burocracia enquanto *ethos* que permeia o funcionamento institucional da máquina pública, algo que fomenta a desigualdade social e alicerça a desigualdade racial quando reforça o discurso da racialização à medida que se utiliza da desigualdade racial como instrumento para reforçar as diferenças entre os diversos grupos étnicos existente na sociedade brasileira. Partimos da tese de que o racismo estrutural na sociedade brasileira, fundamenta as desigualdades sociais, uma vez que a relação entre o conceito de diferença e desigualdade é interpretado de modo a conformar uma narrativa que fortalece o preconceito e fomenta a discriminação, garantindo, assim, privilégios de uma determinada parcela da sociedade em detrimento de outra. Ressaltar-se que o racismo é parte de uma subjetividade e/ou um *ethos* social que alicerça uma sociabilidade e está presente na formatação das instituições públicas e privadas.

Palavras-chave: Racismo estrutural, Preconceito, Discriminação e Violência Simbólica

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira durante o seu percurso histórico, tem vivenciado o racismo, o preconceito e a discriminação, tal realidade encontra-se em uma forma específica de discriminação que tem na “raça” seu fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertence.

No caso, aqui a “raça” funciona como uma categoria sociológica que ora e outra é usada para legitimar a desigualdade social, uma vez que as diferenças físicas entre diversos grupos étnicos é usada como instrumento para legitimar a desigualdade social. Por exemplo, o fato de alguns apontarem que alunos beneficiados com a política de ações afirmativas (cotas raciais), não têm desempenho igual, à grande maioria -, que que não ingressou na universidade por meio da cotas raciais - por ser negros, cuja capacidade intelectual é reduzida.

Diante das variadas possibilidades de se analisar a essência do racismo no Brasil, uma das faces apresentadas por essa forma de opressão corresponde ao racismo estrutural, ou seja, um sistema de opressão, cuja ação transcende a mera formatação das instituições, uma vez que perpassa desde a apreensão estética até todo e qualquer espaço nos âmbitos público e privado, haja vista ser estruturante das relações sociais e, portanto, estar na configuração da sociedade, sendo por ela naturalizado.

Da mesma forma, Querino et al aponta que:

O racismo é uma ideologia que se realiza nas relações entre pessoas e grupos, no desenho e desenvolvimento das políticas públicas, nas estruturas de governo e nas formas de organização dos Estados. Ou seja, trata-se de um fenômeno de abrangência ampla e complexa que penetra e participa da cultura, da política e da ética. Para isso requisita uma série de instrumentos capazes de mover os processos em favor de seus interesses e necessidades de continuidade, mantendo e perpetuando privilégios e hegemonias. Por sua ampla e complexa atuação, o racismo deve ser reconhecido também como um sistema, uma vez que se organiza e se desenvolve através de estruturas, políticas, práticas e normas capazes de definir oportunidades e valores para pessoas e populações a partir de sua aparência atuando em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional.

De acordo com essa premissa, a autora ratifica o quanto à população negra é excluída do atividade produtiva além de vivenciar frequentemente a violência simbólica, e os vários aspectos e facetas do racismo: individual, institucional e cultural. O cenário da sociedade brasileira é tecido como um processo excludente, antagônico e racista, por isso que de forma subliminar ela define qual é o lugar social destinado ao branco e ao negro.

Dessa forma, dialogar sobre a excentricidade do racismo brasileiro é de suma importância para entender a configuração do atual cenário do país. Por conseguinte, esse trabalho buscará discutir sobre constituintes específicos do racismo estrutural e formas de opressão por ele legitimadas, tais como, a construção da subjetividade dos sujeitos e a configuração promovida pela institucionalização do racismo.

Além disso, cabe ressaltar o fato de haver uma morosidade no processo de constituição daquilo que se denomina de democracia formal, cuja materialidade se caracteriza pela possibilidade da grande maioria da população afro-brasileira está à margem da cidadania. Observa-se que essa marginalização social tem suas raízes no chamado racismo estrutural enquanto prática que impossibilita a inclusão da população afro-brasileira, pois se faz presente em uma sociabilidade enquanto ethos e comportamento cultural.

Se o mito da democracia racial, como diria Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* de 1933, forjou uma identidade nacional e mascarou as desigualdades no momento em que teve como narrativa a idealização do mito das três raças, cujo enredo coloca o negro e o indígena como incapazes e sempre associados a um caricatura minguada do cidadão moderno, concomitante, fomentou a idealização do negro como alguém despolidizado, atrasado e impossibilitado de tornar-se sujeito dessa civilização tropical. Isto é, o estigma sempre vem em primeiro lugar e desloca a norma, a lei enquanto

discurso institucional, possibilitando, assim, que a classificação racial se coloque em primeiro plano em detrimento de um discurso político moderno.

2 METODOLOGIA

Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho, será feita a análise bibliográfica sobre trabalhos de estilos discursivos variados através da pesquisa explicativa. Foram selecionadas várias obras, em todas elas são discutidas temáticas acerca do racismo na sociedade brasileira. O estudo deste trabalho será fundamentado em ideias e pressupostos de teóricos que apresentam significativa importância na definição e construção dos conceitos discutidos nesta análise: racismo institucional, racismo e a construção da subjetividade, racismo estrutural. Para tal, tais objetos serão estudados em fontes secundárias como trabalhos acadêmicos, artigos, livros e afins, que foram aqui selecionados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Almeida (2018) Para as concepções que consideram o racismo um fenômeno institucional e/ou estrutural, mais do que a consciência, o racismo com ideologia molda o inconsciente. Dessa forma as ações dos indivíduos ainda que conscientes “se dá em uma moldura de sociabilidade dotada de uma constituição historicamente inconsciente”. Ou seja, a vida cultural e política no qual os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos autoconscientes e onde formam seus afetos é constituída de padrões de clivagem racial inseridas no imaginário e em práticas sociais cotidianas. Desse modo, entende-se que o cotidiano é repleto de ações racistas que são mascaradas por uma ideia de normalidade

Prossegue o autor afirmando que as pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais. Nesse sentido, podemos dizer que o racismo cria a raça e os sujeitos racializados. Desse modo, os privilégios de ser considerado branco não depende do indivíduo socialmente branco reconhecer-se e assumir-se como branco e muito menos de sua disposição de obter vantagem que lhe é atribuída por sua raça.

Dessa forma, o contexto multirracial brasileiro propicia mediações bastante diferenciadas para a constituição de sujeitos e, portanto, para a subjetividade de brancos e não brancos. A marca dessa diferença e dessa desigualdade perpassa toda a socialização de tais indivíduos, na casa, na escola, na rua, e todos os espaços públicos são marcados pela supervalorização da branquitude e pela preferência do branco em relação ao não branco (Bento, 2002).

A concepção institucional do racismo surgiu como o principal avanço no campo dos estudos étnicos-raciais, que outrora estava preso a percepção primitiva de um racismo individual, que resume-

se como atos individuais de pré-julgamentos, agressões direcionadas a determinados grupos ou pessoas levando em consideração a origem étnica.

A origem das discussões sobre racismo institucional inicia-se nos Estados Unidos, com dois membros do grupo antirracista *Panteras Negras* Stokely Carmichael e Charles Hamilton que afirmam que essa institucionalização do racismo é capaz de produzir:

A falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. (Carmichael, S. e Hamilton, C. *Black power: the politics of liberation in America*. New York, Vintage, 1967, p. 4).

Para Werneck (2013) o racismo institucional atual de forma a estimular, conservar e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas, atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial.

A autora sucede afirmando que a partir dessa perspectiva compreendemos o racismo institucional, também conhecido como racismo sistêmico, como um mecanismo estrutural que garante a exclusão de grupos historicamente subordinados. Dessa forma, atua como causa importante da exclusão de determinados sujeitos. Trata-se da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior.

Diante das análises obtidas por diversos pesquisadores da temática do racismo no Brasil, podemos afirmar que o racismo é estrutural e estruturante das relações sociais e está presente nos mais variados meios, pois devido a essas características ele permite que os indivíduos de maneira consciente e inconsciente conservem o racismo desde o subjetivo até as instituições.

Almeida (2018) faz contribuições importantes acerca da temática étnico-racial em sua obra *o que é racismo estrutural?* visando, entre outros, discutir o funcionamento das instituições estatais e privadas e como as mesmas se configuram reproduzindo e conservando o racismo. O autor também elucida a construção da subjetividade dos indivíduos por uma sociedade racista que conserva o racismo em suas práticas diárias.

De certo modo, tal prática impossibilita a consolidação de uma sociedade capaz de agregar os diferentes grupos étnicos que configura sua expressão cultural. Tal universo social nos conduz para um olhar plural e multiétnico, algo que vem se consolidando, principalmente com a Constituição de 1988 em que a garantia e valorização de uma pauta mais humanista passou a ser mais valorizadas no campo das políticas institucionais. As próprias políticas de ações afirmativas é reflexo desse

movimento que o país tomou após 1988.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do atual cenário político brasileiro, faz-se necessária fomentar a discussão sobre a relação entre discurso institucional e a naturalização das desigualdades sociais, uma vez que esta tem estreita relação com uma narrativa social que associa as diferenças físicas como sinônimo de diferença racial, algo que é utilizada para fomentar o racismo enquanto expressão do etnocentrismo e do chamado evolucionismo social do final do século XIX.

O atual momento político, representativo de um cenário de retrocesso quando se pensa as políticas públicas de combate ao racismo e de construção de pautas capazes de fortalecer a igualdade racial, pois toda uma postura anteriormente construída e consolidada desde 1988 com a Constituição Federal, começou a ruir. Por outro lado assiste-se cada vez mais a naturalização de uma narrativa que alimenta a realidade social de desigualdade interpretada a partir da relação entre desigualdade racial e desigualdade social, como se o lugar da população afro-brasileira fosse de fato este onde ela se encontra, o de excluído da cidadania.

Tal perspectiva cresce associada à uma narrativa em defesa do politicamente incorreto como oposição ao politicamente correto. No senso comum da população, em parte da mídia escrita e falada, na redes sociais e na internet de um modo em geral, ganha corpo uma narrativa de que é preciso diminuir o papel do Estado enquanto agente pública capaz de fortalecer os grupos étnicos marginalizados ao longo da história do Brasil. Nessa conjuntura, pensar a relação entre discurso institucional e realidade social tornar-se questão central para refletirmos sobre o racismo enquanto classificação política utilizada para desumanizar a população afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BERSANI, Hunberto. **RACISMO ESTRUTURAL E O DIREITO À EDUCAÇÃO**. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/ojs/educacaoemperspectiva/article/view/6975/2829>> Acesso em: 5 set.

2019.

Bento, M. A. & CARONE, I. (Orgs.). (2002). **Psicologia Social do Racismo** (2a. ed.). São Paulo: Vozes.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 1952/2008. Tradução de Renato da Silveira.

FERREIRA, Laura Senna. A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES PARA A COMPREENSÃO DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL.

Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/143>>.

Acesso em: 10 set. 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

OLIVEIRA, Marcos Marques. **Florestan Fernandes e o mito da democracia racial brasileira.**

Disponível em: <<http://en-fil.net/ed4/conteudo/archives/REVISTA%20EN%20FIL%204%20MARCOS.pdf>>

Acesso em: 15 set. 2019.

Schucman, L. V. (2014). **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume.

WERNECK, J. **Racismo Institucional: uma abordagem conceitual**. Texto produzido para o Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras (Mimeo), abril de 2013.